

OPERAÇÃO CASA NOVA / Alguns dos corretores de imóveis detidos em ação policial denunciam cinco colegas de participação no esquema que conseguia linhas de crédito com o auxílio de documentos falsos

Total de suspeitos sobe para 28

» MARA PULJIZ

Outros cinco corretores de imóveis serão investigados como suspeitos de participação no esquema de fraude de documentos imobiliários no Distrito Federal. Os primeiros nomes foram revelados ontem durante o depoimento dos 19 presos na Operação Casa Nova, da Coordenação de Repressão a Fraudes (Corf) da Polícia Civil do DF. Essas pessoas ainda serão identificadas por completo e podem ter a prisão decretada caso seja comprovado o envolvimento na organização criminosa. Além dos detidos e dos recém-denunciados, os investigadores sabem da participação de mais quatro corretores, que também serão indiciados por receptação e uso de documento falso. Com isso, chega a 28 o número de suspeitos.

Ao serem ouvidos, além de delatar os colegas, os detidos admitiram comprar certidões imobiliárias das mãos de Márcia Silva, apontada pela polícia como a responsável pela falsificação dos documentos. O trabalho consistia em conseguir linhas de crédito para compradores de material de construção ou de imóveis a taxa de juros mais baixos (1,8%), por meio da PoupeX, da Construcard e MóveisCard, da Caixa Econômica Federal (leia ilustração).

Pelas vias legais, têm direito ao benefício donos de imóveis ou interessados em mobiliar, fazer reformas ou obras. Mas a polícia descobriu que o grupo cobrava uma comissão, estimada em 10%, para adulterar documentos e aprovar o financiamento de quem não atendia os requisitos. Da porcentagem, 2% ficavam com o corretor e 8% com Márcia Silva. O marido dela, Geraldo Magela Júnior, também é acusa-

do de participar do esquema. A confecção de cheques, carimbos de cartório e termos de cessão de uso e certidões acontecia em uma gráfica de Taguatinga, cujo dono é Wester José da Silva.

Lucro

As investigações duraram 10 meses. "Era muito organizado e tinha chefe, gerente e pessoas específicas para a falsificação dos documentos. Os corretores tinham a função de cooptar clientes para o financiamento. Utilizavam até servidores de órgãos públicos para ter acesso a dados sigilosos", explicou o delegado-chefe da Corf, Jeferson Lisboa. Entre os presos, está a técnica da Secretaria de Fazenda do DF Noélia Ferreira, lotada na Agência de Atendimento da Receita, em Ceilândia. Ela seria responsável por fornecer ao grupo informações da base do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), como endereços e números de inscrição de bens.

O material apreendido nas casas dos suspeitos — computadores, talões de cheque, contracheques e documentos — passará por uma perícia e deve ajudar a polícia na conclusão do inquérito. A Corf também apura se houve lavagem de dinheiro para, então, pedir o bloqueio dos bens em razão do possível enriquecimento ilícito.

Um corretor de imóveis preso na operação admitiu ter fechado centenas de contratos em 12 meses, o que rendeu a ele cerca de R\$ 55 mil por mês. "Um corretor pequeno confirmou que, em um ano, fez 300 contratos e que cada um girava em torno de R\$ 50 mil e R\$ 80 mil. Se em cada um o corretor ganhava 2%, multiplicando só pelos 15 envolvidos, dá muito dinheiro", acrescentou o coordenador adjunto da Corf, Pedro Luis de Moraes.

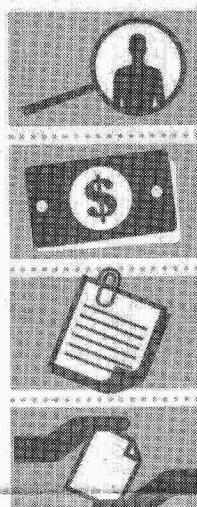
Gustavo Moreno/CB/D.A Press - 12/11/13



Agentes da Polícia Civil apreenderam documentos nas casas dos acusados: 10 meses de apuração

Como funcionava o esquema

A ação criminosa consistia em obter linhas de crédito para compradores de material de construção ou de imóveis a taxa de juros mais baixos. Confira os detalhes:

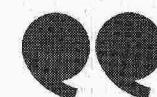


Os corretores de imóveis eram os responsáveis por identificar os clientes e encaminhar os contratos para Márcia Silva e Geraldo Júnior, apontados como líderes da organização criminosa.

O cliente pagava ao grupo uma comissão estimada em 10% do valor da nota fiscal para ter direito ao crédito.

Documentos cartorários, cheques, termos de cessão de uso e certidões eram, então, falsificados em uma gráfica de Taguatinga e encaminhados para programas imobiliários da Caixa Econômica Federal.

Para dar veracidade às certidões, uma funcionária da Secretaria de Fazenda do DF repassava ao grupo documentos sigilosos da base de dados do IPTU, com o número de inscrição de um bem e o endereço.



Era muito organizado e tinha chefe, gerente e pessoas específicas para a falsificação dos documentos.

Os corretores tinham a função de cooptar clientes para o financiamento.

Utilizavam até servidores de órgãos públicos para ter acesso a dados sigilosos"

Jeferson Lisboa,
delegado-chefe da Coordenação de Repressão a Fraudes (Corf)

Pacifico/CB/D.A Press